

STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente, para o qual consideramos o Ativo financeiro de concessão. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Ativo financeiro da concessão

Conforme nota explicativa nº 8, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado na rubrica Ativo financeiro o saldo de R\$ 672.984 mil referentes aos investimentos em infraestrutura da concessão, por se caracterizar como um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, independente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão, sendo classificado como recebíveis e registrado ao valor justo. A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade operacional e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de operação e manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício e leva em consideração a remuneração pela taxa interna de retorno do projeto e a parcela da indenização a ser recebida, no retorno dos respectivos ativos ao poder concedente. Devido ao grau de subjetividade envolvido no processo de avaliação desse ativo, dos custos, despesas e investimentos, associados às incertezas inerentes ao ambiente regulatório em que a Companhia opera, a incerteza dos impactos da revisão tarifária da parcela de receita anual permitida (RAP) que é considerada como receita de operação e manutenção, ao alto grau de julgamento exercido pela Companhia para definir e alocar os gastos entre ativo financeiro e despesas de manutenção incorridas, e por fim ao fato de que qualquer alteração dos julgamentos exercidos na classificação dos gastos poderia impactar as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a validação dos controles analíticos do ativo financeiro da concessão, elaborados pela Companhia, para fins de testes na movimentação dos fluxos da unidade geradora de caixa de transmissão, considerando as adições relativas às receitas de operação e manutenção e às amortizações de acordo com o recebimento dos valores por meio da parcela da Receita Anual Permitida (RAP). Efetuamos também o confronto dos valores das movimentações com as respectivas resoluções homologatórias da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL) e com os relatórios de créditos emitidos pela Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não apresentando exceções. Ademais, efetuamos procedimentos nos saldos contábeis da receita de construção, operação e manutenção, com análise dos respectivos controles analíticos, e testamos a segregação dos saldos entre ativo circulante e não circulante.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro da concessão e as divulgações correlatas são aceitáveis, bem como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

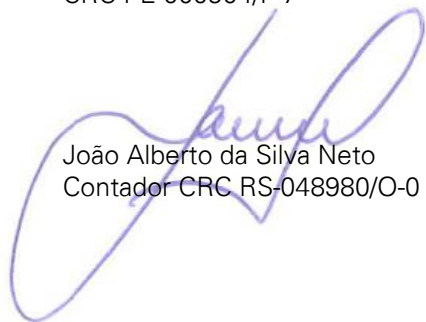
Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 16 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			Reclassificado	Circulante			Reclassificado
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.287	10.179	Empréstimos e financiamentos	9	21.492	20.442
Caixa restrito	6	7.884	7.177	Debêntures	10	24.363	25.619
Concessionária e permissionárias	7	19.278	18.542	Fornecedores		680	660
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	7	555	942	Taxas regulamentares e setoriais	12	4.110	3.298
Ativo financeiro de concessão	8	177.404	173.094	Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	3.296	1.825
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	11	5.826	5.411	Outros impostos a pagar		910	1.551
Outros tributos compensáveis		980	521	Dividendos a pagar	15	21.674	19.418
Serviços em curso		3.242	2.847	Outras obrigações		1.765	2.497
Outros ativos		669	714				
Total do ativo circulante		230.125	219.427	Total do passivo circulante		78.290	75.310
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras		28	28	Empréstimos e financiamentos	9	99.342	120.758
Cauções e depósitos vinculados		587	16	Debêntures	10	41.520	65.168
Concessionárias e permissionárias - Outros créditos	7	766	766	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	11	78.567	71.497
Ativo financeiro de concessão	8	495.580	514.263	Outros tributos diferidos		647	-
Imobilizado		274	274	Provisão para contingências	13	876	876
Intangível		166	167	Outras obrigações		917	917
Total do ativo não circulante		497.401	515.514	Total do passivo não circulante		221.869	259.216
				Patrimônio líquido	14		
				Capital social		318.040	302.419
				Reservas de lucros		109.327	97.996
				Total do patrimônio líquido		427.367	400.415
Total do ativo		727.526	734.941	Total do passivo e patrimônio líquido		727.526	734.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	16	144.625	159.816
Custo de serviços prestados		(11.711)	(11.486)
Custo de construção		(781)	(752)
Depreciação e amortização		(4)	(39)
Custos de operação	17	(12.496)	(12.277)
Lucro bruto		132.129	147.539
Despesas operacionais, líquidas	17		
Administrativas e gerais		(2.765)	(2.976)
Pessoal		(2.871)	(2.737)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(2.188)	(2.496)
Taxa de fiscalização – TFSEE		(701)	(675)
Outras receitas, líquidas		-	40
		(8.525)	(8.844)
Resultado antes das receitas(despesas) financeiras líquidas e impostos		123.604	138.695
Receita financeira	18	2.338	2.971
Despesa financeira	18	(19.195)	(29.485)
Resultado financeiro		(16.857)	(26.514)
Resultado antes dos impostos		106.747	112.181
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	19	(8.419)	(5.831)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	11 e 18	(7.070)	(24.591)
Lucro líquido do exercício		91.258	81.759
Quantidade de ações ao final do exercício em milhares	15	198.000	198.000
Lucro básico e diluído por lote de mil ações – R\$		461	413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	91.258	81.759
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>91.258</u>	<u>81.759</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>					Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Legal	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucro a realizar		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	283.030	35.655	19.389	56.130	-	-	394.204
Capitalização de reserva de incentivos fiscais AGOE 20/04/2016	19.389	-	(19.389)	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGOE 20/04/2016	-	-	-	(69.967)	13.837	-	(56.130)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	81.759	81.759
<i>Destinação do resultado:</i>							
Constituição de reserva legal	-	4.088	-	-	-	(4.088)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	15.621	-	-	(15.621)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(19.418)	(19.418)
Lucros remanescentes à disposição da assembleia	-	-	-	42.632	-	(42.632)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>302.419</u>	<u>39.743</u>	<u>15.621</u>	<u>28.795</u>	<u>13.837</u>	<u>-</u>	<u>400.415</u>
Capitalização de reserva de incentivos fiscais AGOE 26/04/2017	15.621	-	(15.621)	-	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGOE 26/04/2017	-	-	-	(28.795)	(13.837)	-	(42.632)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	91.258	91.258
<i>Destinação do resultado:</i>							
Constituição de reserva legal	-	4.563	-	-	-	(4.563)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	-	18.018	-	-	(18.018)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(21.674)	(21.674)
Lucros remanescentes à disposição da assembleia	-	-	-	47.003	-	(47.003)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>318.040</u>	<u>44.306</u>	<u>18.018</u>	<u>47.003</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>427.367</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	106.747	112.181
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	4	39
Encargos financeiros de financiamentos	10.186	11.752
Encargos financeiros de debêntures	8.200	14.369
Rendimentos sobre aplicação financeira	(707)	2.181
	<u>124.430</u>	<u>140.522</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Concessionária e permissionárias	(349)	(1.837)
Ativo financeiro da concessão	14.373	(3.855)
Tributos e contribuições sociais	(874)	(4.904)
Serviço em curso	(395)	3.521
Outros ativos, cauções e depósitos vinculados	(526)	4.003
	<u>12.229</u>	<u>(3.072)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	20	(152)
Taxas regulamentares e setoriais	812	(2.707)
Tributos e contribuições sociais correntes	(6.280)	(40.014)
Tributos e contribuições sociais diferidos	7.717	44.393
Outras obrigações	(85)	-
	<u>2.184</u>	<u>1.520</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>138.843</u>	<u>138.970</u>
Juros pagos de empréstimos	(10.200)	(11.764)
Juros pagos de debêntures	(9.456)	(14.574)
Tributos pagos	(9.024)	(9.173)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>110.163</u>	<u>103.459</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível	(5)	(30)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5)</u>	<u>(30)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(62.050)	(85.432)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(20.352)	(19.344)
Pagamentos de debêntures	(23.648)	(11.767)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(106.050)</u>	<u>(116.543)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>4.108</u>	<u>(13.114)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>10.179</u>	<u>23.293</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>14.287</u>	<u>10.179</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (“STN” ou “Companhia”) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III -C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	180.122	IGP-M

(*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.258/2017.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa nº 8

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A STN revisa suas estimativas anualmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da STN. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Reclassificação de saldos comparativos

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu as reclassificações, de forma retrospectiva, em seu Balanço Patrimonial, originalmente publicadas em 27 de março de 2017.

Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2016

<i>Em milhares de reais</i>	Impactos de reclassificação		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reclassificado
Total de ativo	768.191	-	768.191
Tributos e contribuições sociais	5.932	(5.932)	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-	5.411	5.411
Outros tributos compensáveis	-	521	521
Outros	762.259	-	762.259
Total do passivo	768.191	-	768.191
Tributos e contribuições sociais	3.376	(3.376)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	1.825	1.825
Outros impostos a pagar	-	1.551	1.551
Outros	764.815	-	764.815

As mudanças efetuadas não alteram o total do patrimônio líquido, lucro líquido do exercício e demonstração do fluxo de caixa.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

3.2 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3 Redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.5 Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (Receita Operacional - RAP) e 1,65% (Receita de Outras receitas - 671)
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (Receita Operacional - RAP) e 7,6% (Outras Receitas).

Imposto de renda e contribuição social:

(i) *Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da STN são calculados pelo regime de lucro real.

A STN possui o direito de usufruir do Incentivo Fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, concedido por meio do Laudo Constitutivo nº 0138/2016, que estabelece uma redução de 75% do Imposto de Renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Para o usufruto de tal benefício se faz necessário encaminhar o referido laudo para a Receita Federal do Brasil (RFB), o que foi regularmente feito, contudo, esta negou o reconhecimento alegando que a STN estaria sem Certidão de Regularidade Fiscal no momento da análise do pedido. Todavia, (a) a negativa da RFB extrapola o prazo limite de 120 dias contados do protocolo do recurso, em 29 de novembro de 2016, assinalado nos §1 e §2 do art. 60 da IN SRF 267/02; (b) o art. 124 da IN SRF 267/02, prevê que a regularidade fiscal apenas é exigível no momento da apresentação do pedido; e, (c) a RFB realizou lançamento indevido na análise de estimativas mensais de IRPJ e CSLL. No entendimento da Administração da Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, sendo certo que estes argumentos acima elencados estão presentes, de maneira mais detalhada, no recurso administrativo apresentado perante a RFB e que, portanto, apesar dos equívocos cometidos pela RFB a Companhia tem direito a usufruir do referido benefício.

(ii) *Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.7 Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A STN reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01, e são segregadas da seguinte forma:

Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A STN abrangida pelo escopo do ICPC 01, registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 e CPC 30. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

Receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

4 Pronunciamentos novos ou revisados

Uma série de novas normas serão efetivadas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A STN não adotou essas alterações na preparação dessas demonstrações contábeis e também não planeja adotá-las de forma antecipada.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Refere-se à convergência do IASB sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição do CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil	Refere-se à contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração da Companhia avaliou a aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 47 e 48 e concluiu que não há impactos sobre os saldos reportados anteriormente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e depósitos bancários à vista	250	395
Aplicações financeiras	<u>14.037</u>	<u>9.784</u>
	<u>14.287</u>	<u>10.179</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 99% a 100% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou saldo de R\$ 7.884 (R\$ 7.177 em 2016), referente a conta de reserva vinculada ao financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e depósitos de reinvestimento realizados em 2010 e 2011.

7 Concessionárias e permissionárias

	2017	2016
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	1.848	1.642
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	<u>18.751</u>	<u>18.608</u>
	<u>20.599</u>	<u>20.250</u>
Outras concessionárias e permissionárias	19.278	18.542
Partes relacionadas	555	942
Outros ativos	<u>766</u>	<u>766</u>
	<u>20.599</u>	<u>20.250</u>

(*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 5 do mês subsequente.

8 Ativo financeiro de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	2017	2016
Movimentação		
Saldo inicial	687.357	683.502
Receita de concessão de transmissão	24.755	21.214
Parcela variável	(3.340)	-
Receita de infraestrutura	781	752
Remuneração do ativo financeiro	134.179	149.905
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(170.748)	(168.016)
	672.984	687.357
	2017	2016
Circulante	177.404	173.094
Não circulante	495.580	514.263
	672.984	687.357

Os ativos financeiros de concessão incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação, melhoria e reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

9 Empréstimos e financiamentos

	2017	2016
Moeda nacional		
<i>Banco do Nordeste do Brasil S.A.</i>		
Principal	120.758	141.111
Encargos	76	89
	120.834	141.200
Circulante	21.492	20.442
Não circulante	99.342	120.758
	120.834	141.200

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE/PROINFRA, a ser pago em 216 prestações mensais, com vencimento da primeira em julho de 2006 e a última em junho de 2024, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2017, 78 prestações a serem pagas (Em 2016, restavam 90 prestações a serem pagas). Os encargos financeiros foram determinados pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a taxa de 10% a.a. Sobre os encargos financeiros, estão sendo aplicados bônus de adimplência, previstos contratualmente.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 005/2004-ANEEL, celebrado entre a STN e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com o BNB e registrado sob o nº 2951946, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP e sob o nº 289003, no 2º Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas de Recife/PE.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão representados a seguir:

Vencimento por exercício	2017
2019	22.534
2020	23.712
2021	18.253
2022	13.495
Após 2023	<u>21.348</u>
Não circulante	<u>99.342</u>

10 Debêntures

	2017	2016
Moeda nacional		
Banco Itaú Unibanco S.A. (i)		
Principal	65.169	88.817
Encargos	<u>714</u>	<u>1.970</u>
	<u>65.883</u>	<u>90.787</u>
Circulante	24.363	25.619
Não circulante	<u>41.520</u>	<u>65.168</u>
	<u>65.883</u>	<u>90.787</u>

- **Debêntures 1ª emissão:** Em agosto de 2014 a STN emitiu 10.100 debêntures por meio do Banco Itaú S.A. no valor total de R\$ 101.000 milhões, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 6 anos, serão amortizadas em parcelas trimestrais e consecutivas, taxa de juros de 109,75% da CDI, com vencimento final em agosto de 2020. Não há cláusula de conversibilidade em ações e não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

- **Condições restritivas financeiras (covenants):** As debêntures contêm cláusulas restritivas que estão relacionadas ao limite da dívida líquida que em 31 de dezembro de 2017, atualizado pelo IGPM foi de R\$ 479.142 (em 2016 R\$ 481.651)). A STN mantém o acompanhamento das obrigações definidas em contrato e vem cumprindo todas as condições restritivas.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Os vencimentos anuais das debêntures em longo prazo são como segue:

Vencimento por exercício	2017
2019	23.697
2020	17.823
	<u>41.520</u>
Não circulante	<u>41.520</u>

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	2015	Reversão/ constituição	2016	Reversão/ constituição	2017
Ativo fiscal diferido					
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(34.522)	1.909	(32.613)	1.909	(30.704)
Subtotal	(34.522)	1.909	(32.613)	1.909	(30.704)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II, IN nº 1.515/14 e 1.700/17	82.241	22.682	104.923	5.161	110.084
Outros itens	(814)	-	(814)	-	(814)
Subtotal	81.427	22.682	104.109	5.161	109.270
IRPJ e CSLL diferidos líquidos	46.905	24.591	71.496	7.070	78.566

12 Taxas regulamentares e setoriais

	2017	2016
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	(a) -	204
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b) 3.600	2.642
Taxa de Fiscalização ANEEL	(c) 510	452
	<u>4.110</u>	<u>3.298</u>

- (a) Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual da concessionária.

- (b) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (c) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

13 Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo em 31 de dezembro de 2017, a provisão no montante de R\$ 876 (R\$ 876 em 2016).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais/administrativos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2017 que totalizavam aproximadamente R\$ 3.761 (R\$ 3.442 em 2016), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 318.040 (R\$ 302.419 em 2016), representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram incorporados ao capital social as importâncias de R\$ 15.621 e R\$ 19.389, respectivamente, referentes às parcelas de reserva de lucros - incentivos fiscais, apuradas nos exercícios de 2016 e 2015, conforme aprovado em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datadas de 26 de abril de 2017 e 24 de março de 2016, respectivamente.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	Integralizadas	% capital
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	198.000.000	100

b. Reservas de lucros

- **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- **Reserva de incentivos fiscais:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 18.018 (R\$ 15.621 em 2016) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2017	2016
Lucro líquido exercício	91.258	81.759
(-) Reserva legal	(4.563)	(4.088)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo de dividendos	86.695	77.671
<i>Dividendos:</i>		
Mínimos obrigatórios	(21.674)	(19.418)
Adicional proposto submetido à Assembleia	(47.003)	(42.632)
	<hr/>	<hr/>
	(68.677)	(62.050)
<i>Constituição reserva de Incentivo fiscal</i>	<hr/>	<hr/>
	(18.018)	(15.621)
Saldo de lucros acumulados	<hr/> -	<hr/> -

15 Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

a. Saldos e transações

		2017	2016
Ativo:			
Concessionárias e permissionárias	(i)	555	942
Passivo:			
Fornecedores - CHESF	(ii)	309	304
Resultado:			
Custo das operações - Serviços de terceiros - CHESF	(ii)	3.690	3.503

- (i) Saldo de faturas a receber da acionista CHESF, referente ao serviço de transmissão de energia.
- (ii) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL. Além dos Contratos de Compartilhamento do imobilizado.

b. Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- **Alupar Investimento S.A.:** sociedade anônima de capital aberto, com registro na CVM que tem por objeto social tem como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e nos demais países da América Latina.

- **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - CHESF:** concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade de economia mista de capital aberto, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.
- c. Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia**
 No exercício de 2017, as despesas com honorários da Administração contendo remuneração, encargos e outros benefícios diretos, totalizaram R\$ 2.188 (R\$ 2.496 em 2016).

16 Receita operacional líquida

	2017	2016
Receita operacional bruta		
Receita de concessão de transmissão	19.534	19.693
Receita de infraestrutura	781	752
Remuneração dos ativos de concessão	134.179	149.905
Receita de serviços cobráveis	645	368
Receita de custeio de O&M	1.236	1.153
	<u>156.375</u>	<u>171.871</u>
(-) Deduções		
PIS	(1.012)	(1.115)
COFINS	(4.672)	(5.145)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.383)	(4.217)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.683)	(1.578)
	<u>(11.750)</u>	<u>(12.055)</u>
Receita operacional líquida	<u>144.625</u>	<u>159.816</u>

17 Custos de operação e despesas operacionais, líquidas

	2017	2016
Custos dos serviços prestados	(11.711)	(11.486)
Custos de construção	(781)	(752)
Depreciação e amortização	(4)	(39)
	<hr/>	<hr/>
Custos de operação	(12.496)	(12.277)
Despesas operacionais líquidas	(8.525)	(8.844)
	<hr/>	<hr/>
	(21.021)	(21.121)
	<hr/>	<hr/>
Pessoal	(9.296)	(10.031)
Custos de construção	(781)	(752)
Depreciação e amortização	(4)	(39)
Despesas com manutenção	(5.545)	(4.551)
Serviços administrativos	(2.769)	(1.826)
Serviços diversos	(129)	(125)
Honorários advocatícios	(583)	(793)
Aluguéis	(572)	(561)
Material de expediente	(107)	(476)
Viagens	(351)	(449)
Taxas e anuidades	(884)	(1.556)
Outras receitas, líquidas	-	38
	<hr/>	<hr/>
	(21.021)	(21.121)
	<hr/>	<hr/>

18 Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	2.149	2.708
Outros	189	263
	<hr/>	<hr/>
	2.338	2.971
	<hr/>	<hr/>
	2017	2016
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(10.187)	(11.752)
Encargos sobre debêntures	(8.200)	(14.369)
Outros	(808)	(3.364)
	<hr/>	<hr/>
	(19.195)	(29.485)
	<hr/>	<hr/>
Resultado financeiro	(16.857)	(26.514)
	<hr/>	<hr/>

19 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2017 e 2016 pode ser demonstrada como segue:

	2017	2016
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	106.747	112.181
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	36.294	38.142
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014 (b)	(21.886)	(43.001)
Despesas e provisões indedutíveis	1.170	1.221
Outras	515	13.980
	16.093	10.342
Constituição de passivo tributário diferido (a)	(7.070)	(24.591)
Constituição de reserva de incentivo fiscal	(18.018)	(15.621)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(880)	(552)
(-) Exclusão do art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014 (c)	(5.614)	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido (resultado)	15.489	30.422
Taxa efetiva	(14,51%)	(27,12%)

- (a) Ajustes dos tributos diferidos constituídos em exercícios anteriores, conforme Art. 69 da Lei nº 12.973/2014
- (b) Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social diferido do exercício
- (c) Realização da quota fixa, conforme Art.69 da Lei nº 12.973/2014

20 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a STN não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a parte do contas a receber da concessão recuperada pela indenização no final da concessão são classificados como valor justo por meio do resultado. A parte do contas a receber da concessão recuperada por meio da RAP é classificada como ativo financeiro pelo custo amortizado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b. Hierarquia do valor justo

A STN utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STN classifica os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber da concessão (parte recuperada pela indenização no final da concessão) como nível I.

c. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STN e das suas controladas podem ser assim identificados:

- **Risco de crédito** - A STN mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 794 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STN mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- **Risco de preço** - As receitas da STN são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- **Risco de taxas de juros** - A atualização do contrato de debênture da STN está vinculada à variação do CDI e o contrato de financiamento é fixado em 10% a.a.;
- **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da STN é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;
A Administração da STN não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

21 Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 16 de março de 2017, por apólice com vigência até 15 de março de 2018, no montante de R\$ 39.769, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago foi no montante de R\$ 5 . Em 31 de dezembro de 2017 os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	2017
SE - Teresina II	14.163
SE - Sobral II	14.163
SE - Fortaleza II	8.093
Estoque	<u>3.350</u>
Total	<u>39.769</u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

22 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.

Eduardo Albuquerque de Figueiredo
Diretor Financeiro

Márcio Augusto B. Fontan
Diretor técnico

Ana Caroline da S. Galvão
Contadora - CRC/PE 019527-O-6